manchete

Expresso

24-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 82175
Temática: Política
Dimensão: 359 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 7

Supervisão

Governo admite recuos para ter reforma

Contrarrelógio no Parlamento para aprovar reforma da supervisão. Há dúvidas sobre apoio partidário e sobre Belém

O Governo admite que é possível alterar a sua proposta para a reforma da supervisão financeira, de forma a responder às preocupações levantadas pelo Banco Central Europeu. Aí, assume que há propostas que podem ser modificadas — como o alargamento dos motivos para a exoneração do governador do Banco de Portugal. O objetivo é que, pelo menos, haja uma mudança clara no que diz respeito à relação entre as autoridades de supervisão. No entanto, esse é um trabalho que cabe à Assembleia da República, onde o diploma será discutido no próximo dia 7 de junho, pelo que modificações posteriores terão de ser feitas — e aprovadas — em contrarrelógio. E ainda há uma incerteza: Marcelo.

É no próximo dia 7, em plenário, que o Executivo vai perceber qual o apoio político para a aprovação da nova arquitetura da supervisão, que retira privilégios ao Banco de Portugal. Havendo apoio, pode descer à especialidade (comissão de Orçamento e Finanças) para um trabalho mais técnico.

Só que, tendo em conta as férias parlamentares, que começam em julho, é diminuta a margem para a realização de muitas audições e para haver uma resposta eficaz a todas as críticas que foram feitas. O trabalho é sensível: a reprovação é extensível não só às autoridades de supervisão, com destaque para o Banco de Portugal, como também às entidades supervisionadas, e os deputados têm de gerir com pinças o dossiê.

É por isso que o Governo considera, como afirmou o secretário de Estado Ricardo Mourinho Félix ao "Jornal de Negócios", que as críticas do BCE, noticiadas esta quinta-feira, são "acomodáveis". Há questões, como a das contribuições para a Autoridade da Concorrência por parte do Banco de Portugal, que o Executivo acredita já estarem resolvidas no diploma final. Seja como for, o Parlamento, ao avançar com uma legislação que viole as regras europeias, pode sofrer um processo colocado pelo BCE na justiça comunitária.

"Há variáveis difíceis de prever: o apoio político e a posição de outros órgãos de soberania que podem ter uma palavra a dizer", comenta uma fonte do Governo ao Expresso. Que é como quem diz, ainda não se sabe qual a opinião de Marcelo Rebelo de Sousa.

Para já, o Executivo pode dizer que concluiu o seu trabalho ao passar o processo legislativo para a Assembleia da República. A reforma da supervisão foi uma promessa de António Costa e Mário Centeno desde o início da atual legislatura que, no final, corre o risco de cair por falta de tempo — da mesma forma que cedeu a reforma que José Sócrates e Teixeira dos Santos tiveram em cima da mesa em 2009.

DAVID DINIS e DIOGO CAVALEIRO
ddinis@expresso.impresa.pt